

Estudo apresenta dados atuais sobre as emissões do efeito estufa no País

Pesquisadores do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/Esalq), liderados pelo cientista Carlos Clemente Cerri, acabam de publicar na revista científica da USP *Scientia Agrícola* (volume 66, número 6), a revisão intitulada “Emissões de gases do efeito estufa do Brasil: Importância da agricultura e pastagem”.

A motivação para o trabalho foi a carência de dados atualizados sobre o tema. “Os do primeiro inventário são relativos a 1994, e é o que prevalece até hoje. Como participei de parte do primeiro relatório, montei minha equipe e atualizamos esses dados até 2005, utilizando a mesma metodologia do inventário anterior. Calculamos as emissões a cada cinco anos, ou seja, 1990, 1995, 2000 e 2005”, comenta Cerri.

A revisão apresenta cálculos feitos com base em cinco fontes de emissão – energia, processos industriais, agricultura, mudança

de uso da terra e resíduos – bem como de suas subfontes, com bastante detalhamento. Oferece, assim, um quadro inédito de emissões no País.

Segundo o documento, a emissão total de gases do efeito estufa (GEE), equivalente em CO₂, aumentou em 17% durante o período de 1994-2005. O CO₂ foi responsável por 72,3% do total, ou seja, houve uma pequena diminuição em relação aos outros GEE, uma vez que em 1994 sua participação foi de 74,1%.

O aumento de todas as fontes dos GEE, excluída mudança do uso da terra e reflorestamento, foi de 41,3% durante o período de 1994-2005. Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) e World Resources Institute (WRI) estimaram um crescimento maior (48,9%), que classifica o Brasil na 69ª posição no *ranking* mundial de emissores. Utilizando as estimativas desse estudo, o Brasil ocupa a 78ª posição. Em ambos os casos, porém, o país claramente

aumentou suas emissões num ritmo menor do que os que foram calculados para a China e Índia, dois dos maiores emissores, com aumentos de respectivamente 88,8% e 62,1%.

Além disso, o Brasil reduziu suas emissões em taxa maior do que alguns países do Anexo I, que são os sujeitos a uma quota de redução. É o caso da Espanha e da Nova Zelândia que aumentaram em 55,6% e 45,8% suas emissões. O país também está abaixo da média de aumento apresentado pelos que não são do Anexo I (estimado em 61,3%). No entanto, está acima da média global, que foi de 28,1%.

Outra abordagem da pesquisa diz respeito às formas de mitigação que podem ser adotadas e à orientação para essas ações. Ressalta que além de trabalhar pela redução das emissões dos setores de energia e desmatamento, o Brasil deve agora ter como meta prioritária o desenvolvimento de um programa nacional de incentivo às mitigações nos setores agrícola e pecuário. “Tais opções não deverão se concentrar somente na redução das emissões, mas também favorecer a fixação de carbono”, conclui Cerri.

Da Assessoria de Imprensa da Esalq

Dados do relatório

Emissão de GEE no Brasil aumentou

17%

no período de 1994-2005

O Brasil ocupa a

78ª

posição entre os emissores de GEE

O CO₂ responde por

72%

das emissões de GEE no Brasil

SERVIÇO

O artigo está disponível em www.esalq.usp.br/scientia/docs/gas_emissions.pdf